

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

FERRABINO (Aldo). — *Nuova storia di Roma*. — Roma, Tumminelli, (1942, 1943, 1949), 3 vols., pp. 606-XII; 634-XII; 668-LXXXVIII.

Com a publicação do terceiro e último volume temos hoje completa a "*Nuova storia di Roma*" de Aldo Ferrabino: torna-se pois possível agora expressar um juízo definitivo sobre esta obra, que se apresenta importante por diversas razões, quer pelo assunto, quer principalmente pelo autor, conhecido estudioso e professor de história da antiguidade na Universidade de Pádua. De Aldo Ferrabino lembramos amiúde obras de valor crítico e interpretativo: um "Império ateniense" (1927) que Roberto Paribeni definiu justamente como "aguda e douta reconstrução histórica do período da hegemonia ateniense, desde Péricles até à batalha de Egos Pótamos"; outro notável estudo sobre a "Dissoluzione della libertà nella Grecia antica" (1929); outra brilhante reconstrução histórica de Roma vista por grandes visões no volume "Italia romana" (1934). Lembro com especial prazer um lindo texto escolar de história da antiguidade, claro na exposição, copioso no material, interessante na apresentação didática. De Aldo Ferrabino podíamos, pois, esperar uma autorizada e completa história de Roma. Ao contrário, a nova obra nos desiludiu completamente. Vejamos as razões.

A primeira objeção que surge espontânea — embora possa parecer ingênua — diz respeito ao título. Por que "*Nuova storia di Roma*"? O adjetivo "nuovo" é sempre perigoso, especialmente nos títulos. Deixando de lado o absurdo de uma qualificação que perde a importância contemporaneamente à perda de atualidade da obra, e que adquire uma pátina de ridículo quanto mais se afasta da data de publicação, no adjetivo "nuovo" persiste um perigo ainda maior quando pensamos no ato audaz de anunciar já no título de um livro uma novidade que deve ser descoberta pelo leitor justamente da primeira à última página. No campo histórico em particular, prepara-se para escrever uma "nova" obra o estudioso que se encontra numa destas duas situações: ou quando pensa ter pronta uma série de indagações que não se podem adaptar ao velho sistema e aos costumeiros agrupamentos; ou quando se propõe interpretar os fatos segundo um conceito filosófico diferente acerca do valor que a espiritualidade humana tem na ordem do universo. Todavia, num caso ou no outro, é inútil, além de prejudicial, a advertência específica do adjetivo "no-

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

vo”: tem quase um sabor de exibicionismo, tão afastado do espírito crítico quanto o seja da honesta consciência de um verdadeiro estudioso. Todavia, tomemos nota de que essa história é “nova”, isto é, a mais recente e sobretudo diferente das que a precederam. Procuramos, pois, a novidade.

O brevíssimo prefácio apresenta afirmações importantes. Assim começa Ferrabino: “Já apareceram neste século diversas histórias de Roma, outras estão anunciadas: obras de erudição, para os doutos e os especializados; ou então de divulgação, destinadas à escola e aos estudiosos; algumas são até, como costumamos dizer, romanceadas”. Completando as palavras de Ferrabino — sem tomar em consideração as publicações escolares e muito menos os romances mais ou menos históricos — podemos lembrar que entre as obras de erudição publicadas nos últimos cinquenta anos se encontram trabalhos de Berr, Pais, Homo, Besnier, Altheim, Barbagallo, Frank, Niese, Ducati, Vogt, Bloch, Cardinali, Giannelli, Corradi, Andreotti, Paribeni, etc., para citar apenas os mais importantes. Ora, Ferrabino explica que sua nova história de Roma não “pertence a nenhuma dessas categorias: não é romanceada, não é escolar, não é para os doutos”. E afirma: “Esta é uma história inteiramente baseada sobre testemunhos, mas destinada ao mais vasto número possível de leitores, a qualquer tipo de pessoa”. A afirmação do autor é importantíssima, especialmente em sua segunda parte: que seja uma história inteiramente baseada nos testemunhos, nem há dúvida; mas não esqueçamos de que foi escrita para um público vastíssimo, até para “qualquer tipo de pessoa”. Ora, em qualquer categoria de pessoa pode haver também quem conheça pouco de história romana, ou de qualquer maneira quem deseje conhecê-la bem, em todos os pormenores ou pelo menos nos pormenores mais importantes.

Pois bem, esta nova história de Roma começa com o sítio de Veios, isto é, três séculos e meio depois da fundação da Urbs. A princípio o leitor pensa num expediente artístico. De fato: a conquista de Veios representa o passo inicial da expansão romana; mas também o período precedente interessa: as origens, a formação, a organização. O autor insiste: Roma existia há 351 anos; melhor: há oito gerações. Mas nada mais. O leitor pensa ainda num expediente artístico: depois da conquista de Veios, o autor irá retroceder para narrar os primeiros passos daquela cidade para a qual o destino guardava o mais vasto e longo império do mundo antigo. Nada: página por página chegamos ao fim do primeiro volume (606 páginas), isto é, até ao fim da segunda guerra púnica; mas dos primeiros três séculos e meio nenhuma palavra. Incrédulos voltamos a ler o breve prefácio: nada. Somente então os olhos caem sobre uma advertência no verso do frontispício com o título de “plano desta história”; e finalmente descobre-se que “esta história — são palavras do autor — segue a expansão do domínio romano: desde a primeira grande conquista de além Tibre até à última, que transpôs ao mesmo tempo o Danúbio e o Eufrates: portanto de Camilo a Trajano. Essa expansão — continua a nota — teve pausas, não teve retrocessos. Foi a realidade de cinco séculos contínuos. Colaboraram para êsse empreendimento ditadores e cônsules, triúmviros e príncipes. Povos antes inimigos ou desconhecidos receberam todos por fim uma lei só e comum: *salus publica suprema lex*. Para comodidade do leitor — termina a nota — a narração será distribuída da seguinte maneira: primeiro volume,

de Camilo a Cipião; segundo volume, de Cipião a César; terceiro volume, de César a Trajano”.

Eis pois que se descobre o mistério: esta nova história de Roma não é uma história completa, mas antes a narração da expansão do domínio romano. O título é, afinal, realmente inexato; e mesmo assim, sem mencionar sequer três séculos e meio que precedem o sítio de Veios, sem uma conclusão após o ano de 117, morte de Trajano, esta obra de quase duas mil páginas se nos apresenta como um corpo mutilado, — *horribile dictu!* — um corpo sem cabeça e sem pernas... Principalmente, não é uma história de Roma “dirigida a um público o mais vasto possível de leitores, a qualquer espécie de pessoa”.

Esse primeiro defeito traz consigo uma quantidade enorme de outros pequenos defeitos e omissões. É possível, por exemplo, estudar Roma sem conhecer a formação dos povos itálicos, sem penetrar as profundas influências exercidas pelos etruscos em qualquer campo da vida romana? A história de Ferrabino começa com o sítio de Veios, apresentado como o momento crucial para Roma; mas em vão procuramos nas páginas dedicadas a este sítio (nada menos que trinta páginas) algo que explique a situação e muito menos porque aquele momento fôsse tão decisivo. Além disso, nessas páginas fala-se de “locumones”, de tribunos, de imperadores, sem por outra explicar ou definir as origens ou as funções desses cargos. De fato, começando a narrar a história de Roma desde 403 a. C., quer dizer não mencionar a instituição dos tribunos — pormenor a nosso ver indispensável para um conhecimento ainda que mínimo das instituições romanas —; significa não explicar a passagem das instituições monárquicas para as republicanas — pormenor, parece-nos, absolutamente insubstituível apenas com a menção de que existiam côsules, censores, pretores, questores, edis, tribunos e senado —; começar a história de Roma desde 403 a. C. significa não falar sequer na aliança dos romanos com os latinos; quer dizer não explicar a importância da lei agrária de Espúrio Cássio, o plebiscito de Publílio Volerão a respeito da organização da assembléia da plebe, a proposta de Terentílio Arsa, a lei Icília sobre a distribuição das terras do Aventino para a plebe, significa não explicar o surgir e o conteúdo das Leis das XII Tábuas, nem lembrar as leis Valérias e Horácias, a proposta de Canuléo, para citar somente alguns fatos fundamentais, que mais tarde terão importância excepcional. Em cada página surgem espontâneas na memória relações e liames entre os fatos narrados e os precedentes; surgem espontâneos numerosos pedidos de elucidações, as quais, ainda que inúteis para o erudito ou o especialista desses estudos, são indispensáveis para o leitor comum, justamente para aquele leitor a quem o autor declara dedicar sua nova tarefa. Então? Nós nos encontramos perante uma obra que falta ao primeiro e mais importante escopo: a utilidade prática, pois admite como conhecido o que deveria ser explicado e explica o que é já conhecido.

Mas passemos a algum exemplo mais peculiar desses defeitos. Sempre no breve prefácio afirma-se que o autor “atingiu diretamente a esplêndida tradição antiga”. As fontes são lembradas passo a passo: Tito Lívio, Políbio, Plutarco, Júlio César, Dião Cássio, Tácito, Plínio-o-Moço. O autor adverte honestamente que cada fonte tem um caráter diferente; mas ele mesmo se deixa tomar pelo tom diferente: assim também a narração sofre por esse vício de

origem; e quando o escritor abandona o tom poético de Tito Lívio, encontra-se na necessidade de vivificar Políbio e de aprofundar Dião Cássio ou explicar o profundo pessimismo tacitano. Resulta disso um estilo híbrido, às vezes desproporcionado, até obscuro em alguns pontos. As dúvidas, as controvérsias, as conjecturas da hodierna ciência histórica foram mantidas longe da narração: o autor afirma que expôs somente "o que de sólido e orgânico a ciência produziu". Dêsse modo, nesa obra deveríamos encontrar amalgamados acontecimentos, feitos, sentimento e fé; e, ao mesmo tempo, os valores poéticos e os científicos, a cultura antiga e a cultura moderna. Ideal maravilhoso, desejo realmente encomiável; mas a realidade é um pouco diferente. História e poesia podem ir juntas num fato único, num acontecimento modesto ou excepcional, não numa história complexa e multiforme, à qual sabe melhor um caráter de exposição sistemática e científica. Na nova história de Roma de Ferrabino encontramos um estilo semi-poético com pretensões de ciência através de parênteses pouco úteis e amiúde molestos ou interrogações ainda menos úteis e muito mais molestas. Desagrada, afinal, aquele tipo de prosa moderna que, sobre os passos do hermetismo poético, quer suscitar mais do que esclarecer as imagens e às visões, os pensamentos e as lembranças, os problemas e as relativas soluções. Assim, por exemplo, o drama da plebe, a força do patriciado, a metódica sagacidade do Senado republicano, a fraqueza das instituições cartaginesas são mais entendidas do que compreendidas pelo leitor: o qual, no fim de um capítulo ou de um volume, sente-se cansado e até, infelizmente, com fastio por causa de uma prosa que oscila entre a veleidade de concisão histórica e a aspiração de rebusque literário. E pois que amiúde estão inseridos trechos das histórias de Tito Lívio (com particular predileção para os diálogos e os discursos), resulta em consequência que, para quem está acostumado com o estilo liviano, parece estar lendo páginas inteiras do grande historiador, inclusive qualidades e defeitos.

Até, se bem observarmos, surge espontaneamente a idéia de aproximar o autor dessa nova história de Roma ao historiador da idade de Augusto: ambos interpretam a história à maneira de Cícero, como *opus maxime oratorum*, isto é, num sentido não científico, mas retórico, ético e artístico. Com os *Ab Urbe condita libri*, também estes três volumes de Aldo Ferrabino devem ser lidos com a mente na obra de arte, cheia de calor e de luz, de comoção e de harmonia. Já os antigos — por exemplo Sêneca pai e Quintiliano — louvaram junto com a *ubertas* estilística também o *candor animi* que afastava Tito Lívio das partes cruéis e obscuras da história, aproximando-o ao contrário da representação da majestade, da nobreza das ações e dos sentimentos, até personificá-lo nos fatos dramáticos e nas personagens épicas: no reviver aquêles feitos e aquelas personagens, no voltar para aquêl mundo por êle profundamente vivido e idealizado, êle se formara — é do autor a confissão — uma alma antiga (*ce-terum et mihi vetustas res scribenti nescio quo pacto antiquus fit animus*). Ora, foi muito bem afirmado por um dos mais competentes estudiosos de literatura latina (A. Rostagni) que a inspiração fundamental da obra de Tito Lívio deriva de sentimentos patrióticos, morais e religiosos, análogos aos formulados por Vergílio em sua *Eneida*. O poeta, achegando-se com alma trepidante e comovida pelos mistérios do destino humano e da história, procurava compreen-

der por que virtudes, forças e fatalidade Roma tivesse alcançado o vértice do sublime; o historiador, mais ou menos nos mesmos anos, se havia proposto mostrar com que tipo de vida, com que costumes, com quais homens e quais instituições civis e militares se formou e desenvolveu o império (**quae vita, qui mores fuerint, per quos viros quibusque artibus domi militiaeque et partum et auctum imperium sit**); por fim, por que processo aquêle **princeps terrarum populus** tinha acrescido ao ponto de sofrer quase por sua grandeza (**eo creverit, tu jam magnitudine laboret sua**). A inspiração fundamental em Vergílio e em Tito Lívio é a mesma; e idêntica é a inspiração de Ferrabino: no prefácio afirma, de fato, estar unindo fontes clássicas, sentimento, fé e tudo o que de sólido e de orgânico a ciência produziu. "Assim — conclui Ferrabino — por uma espontânea convergência de valores científicos, de cultura antiga e de cultura moderna, possa levantar-se dessa história (isto é, a **Nuova storia di Roma**) aquêle espírito de religioso amor pátrio no qual a Itália sublimou-se durante séculos, nação de civilização no perpétuo renovar-se inexausta".

A inspiração fundamental é, pois, idêntica em Vergílio, Tito Lívio e Ferrabino. Mas, os resultados? Em Vergílio e Tito Lívio são ainda em grande parte idênticos: ambos unem o presente com o passado de Roma, a lenda com a realidade, a proto-história com a história. Ora, esses resultados faltam em Ferrabino, quer nos limites externos da narração, quer na representação interna dos fatos, quer no tom do estilo. Uma obra, em suma, que falhou? Não é certamente uma história que podíamos esperar de Aldo Ferrabino; e não ficará como etapa original nos estudos da antiguidade clássica. Único particular interessante: a copiosa documentação ilustrativa. Mil e duzentas e cinquenta fotografias, escolhidas entre as mais típicas e importantes, acompanham o texto mostrando documentos antigos, reconstruções, vistas modernas de lugares históricos, objetos, moedas, plantas topográficas, etc. A documentação ilustrativa supera de muito o valor da narração: é realmente uma pena que tantas e tão interessantes ilustrações não sejam o natural complemento do texto. A "nova" história de Aldo Ferrabino é somente "uma história pelas imagens".

G. D. LEONI

CHAILLEY (Jacques) — *Histoire musicale du Moyen Age*. Presses Universitaires de France. Paris, 1950. 356 p.

Até há pouco, o que existia de melhor sobre a história da música na Idade Média eram os numerosos artigos espalhados ao longo dos grossos volumes do clássico dicionário de Grove. Ou então, obras altamente especializadas referentes a determinado país e quase sempre tendentes a demonstrar que esse país foi o que mais contribuiu para o desenvolvimento da música. Dificilmente encontramos nelas aquela serenidade de apreciação e de julgamento que caracteriza o referido dicionário inglês. (Basta dizer que é em suas páginas que se encontra o melhor estudo até hoje feito sobre a "modinha" portuguesa e sobre a importância das formas de canto e de danças populares da Península Ibérica no conjunto da música européia...). A lacuna que sentiam